



COISAS DA POLÍTICA

Dora Kramer

Conjugação de interesses

Está feito e agora é indiscutível: o Senado, por ampla maioria, decidiu que fazer uso de material fruto de escutas telefônicas ilícitas e falsificação de documentos judiciais, nas dependências do Congresso Nacional, não fere o decoro parlamentar.

Assim quis a maior parte dos senadores – não obstante tenham manifestado suas posições ao abrigo de uma votação secreta –, e sobre essa evidência não cabe discussão.

Sobram, portanto, as conseqüências. De imediato é possível afirmar, sem medo de errar, que o senador Antonio Carlos Magalhães saiu do caso menor do que entrou.

A longo prazo, porém, pequena mesmo ficará a instituição, cujos erros não podem ser avaliados por episódios. É a soma de atitudes que consolida o conceito da opinião pública.

Dentro de muito pouco ninguém mais falará sobre a manobra comandada pelo presidente da Casa, senador José Sarney. Mas o fato permanecerá em algum canto da memória coletiva.

Da mesma forma como jamais foram esquecidos os gazeteiros, os pianistas (parlamentares que votavam no lugar de outros), as votações-relâmpago para aprovar aumentos de verbas e salários e uma robusta série de decisões tomadas de costas para a sociedade.

O conjunto dessa obra é o que faz os políticos aparecerem em pesquisas de opinião sempre numa condição de baixíssima confiabilidade popular.

À desafinada sinfonia foi adicionado mais um movimento errático na votação de terça-feira à tarde, quando por 49 votos a favor e 25 contra, o Senado manteve uma decisão da Mesa tomada às pressas e com o claro objetivo de absolver sem julgamento. O contrário, a condenação sem processo, teria o mesmo efeito nefasto.

Contabilizados os feridos, o Senado agora já pode providenciar o enterro da vítima fatal: o Conselho de Ética.

Sem medir conseqüências, José Sarney, não se pode negar, foi acometido por inédita ousadia. À custa, é verdade, da subtração dos pontos que havia adicionado à sua biografia desde que saiu do governo legando ao país uma inflação de 80% ao mês, mas, ao mesmo tempo, patrocinando uma transição política dentro dos mais altos preceitos democráticos.

Para atender a um amigo, o presidente do Senado inviabilizou por tempo indeterminado quaisquer condições de o Parlamento fazer cumprir suas regras internas no tocante à observância da compostura do colegiado.

Mas, se José Sarney gosta de cultivar amizades, os outros que garantiram o êxito do empreendimento muito provavelmente devem ter tido também seus interesses específicos.

Motivações estas não muito difíceis de identificar. Se aos senadores do PT interessava prosseguir com as investigações, chegassem elas aonde chegassem, para o governo não seria ruim a permanência de Antonio Carlos Magalhães na ativa, pois ele é um aliado dentro do oposicionista PFL.

O PSDB, agora parceiro dos pefelistas, por razões opostas, não deve considerar de todo má a presença de Antonio Carlos na cena política, sempre um fator de potencial instabilidade para qualquer governo. Se Fernando Henrique Cardoso teve de embalar esse Mateus durante tantos anos, que Luiz Inácio da Silva agora embale o seu.

Já para o PMDB, o que faz suas posições é a ocasião. E, nesta agora, o líder do partido no Senado age referido na suposição de que Antonio Carlos Magalhães pode lhe garantir o posto de sucessor de Sarney na presidência da Casa.

A questão é saber se o senador baiano terá força para tal. Ainda preso ao resultado do inquérito da Polícia Federal – que apura o caso das escutas –, ao Supremo Tribunal Federal – que julgará a participação dele na violação do painel eletrônico – e ao Ministério Público – que, dependendo do produto das investigações da PF, poderá oferecer ou não denúncia ao Supremo –, diante de todas essas condicionantes, é provável que Antonio Carlos não tenha muito espaço para se mexer com os gestos largos e a voz alta de sempre.

Berzoini responde

O ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, não considerou apropriada nem fiel às suas declarações a interpretação aqui exposta sob o título “mau entendedor”, segundo a qual ele não teria uma compreensão correta sobre o papel do Congresso.

Berzoini havia dito que as reformas são inegociáveis e que esperava do Parlamento apenas um “ajuste fino” a elas.

Segundo o ministro, que lembra ter estado por dez vezes no Congresso antes da entrega da proposta de reforma, seu “profundo respeito” pelo Poder Legislativo não pode afastá-lo da condição de integrante do governo, a quem cabe, “junto com os governadores de Estado”, a defesa de seus pontos de vista.

“Aliás, foi isso que eu disse, na última segunda-feira, literalmente: que o Parlamento é soberano, mas que se depender da minha vontade, as alterações produzidas na tramitação serão no sentido de aperfeiçoar o proposto.”